Thales Vilela Lelo

Mestre em Comunicação
Social pela Universidade
Federal de Minas Gerais
Doutorando em Ciências
Sociais pela Universida-
de Estadual de Cam-
pinas.

**Aportes para a renovação
da crítica nos estudos
em Comunicação**

**Contributions to
a critical renewal in
Communication studies**

**Aportes pela renovación
de la crítica en los estudios
en Comunicación**

RESUMO

Este artigo busca apreender a maneira como os estudos em Comunicação vislumbraram, em algumas de suas teorizações, o potencial reflexivo e inventivo dos sujeitos em interação, desconsiderando, supervalorizando ou equilibrando sua inserção em contextos de opressão e coerção simbólica. Visando contribuir para o debate, será esboçado um quadro de preocupações próprias ao campo que podem pautar pesquisas que se pretendam engajadas no intento de reduzir injustiças e favorecer a emancipação social. Neste sentido, o conhecimento produzido pela Comunicação pode evidenciar para indivíduos envolvidos em interações que inviabilizam suas ações expressivas, o caráter inadmissível que eles mesmos deveriam atribuir às situações vivenciadas.

Palavras-chave: Comunicação; Epistemologia; Crítica.

ABSTRACT

This article attempts to grasp the way that Communication studies envisioned, in some of its theorizations, the reflective and inventive potential of individuals in interaction, disregarding, superseding or balancing their inclusion in contexts of oppression and symbolic coercion. Aiming to contribute to the debate, it will be outlined a framework of the field own concerns that should guide researches which intend to be engaged in the intent to reduce injustices and to promote social emancipation. In this sense, the knowledge produced by Communication can show to individuals involved in interactions that make their expressive actions infeasible, the inadmissible character that they themselves should attribute to the situations experienced.

Keywords: Communication; Epistemology; Critique.

RESUMEN

Este artículo intenta comprender cómo los estudios en Comunicación entrevieron en algunas de sus teorizaciones el potencial reflexivo y creativo de los individuos en interacción, ignorando, sobrevalorando o equilibrando su inserción en contextos de opresión y coerción simbólica. Con el objetivo de contribuir al debate, se esbozará un cuadro de preocupaciones propias al campo que pueden guiar las investigaciones que pretendan comprometidas en lo intento de reducir las desigualdades y promover la emancipación social. En este sentido, el conocimiento producido por la Comunicación puede evidenciar para las personas implicadas en interacciones que inviabilizan sus acciones expresivas, lo carácter inadmisibile que ellas mismas deberían asignar a las situaciones vivenciadas.

Palabras clave: Comunicación. Epistemología. Crítica.

Submissão: 24-1-2016

Decisão editorial: 30-5-2017

Introdução

No âmbito das discussões epistemológicas contemporâneas sobre a Comunicação é patente um movimento de revitalização de um prisma propriamente crítico, atento ao cenário atual e à necessidade de que se revigore nas pesquisas da área um fazer científico pautado por “interesses emancipatórios” (HABERMAS, 1973). Ou seja, deve-se realçar um movimento de identificação, exposição e questionamento firme, em face das estruturas do poder simbólico enraizado, visando a justiça social e a melhoria das condições de vida de estratos fragilizados da coletividade. Nessa esteira, Muniz Sodré (2012, p. 26) critica a “ideologia da competência” impressa nas instituições de ensino que abrigam cursos de Comunicação, pois teriam estimulado uma adoção acrítica das novas tecnologias de informação, como se as ferramentas resguardassem em si mesmas um potencial revolucionário. Segundo o autor, sufocam-se assim “possíveis inquietações morais frente à financeirização como padrão sistêmico de riqueza” (SODRÉ, 2012, p.26), tornando a academia um mero espaço de aprendizado de técnicas adequadas às “exigências do mercado”. Vera França (2014, p. 113) também é motivada por esta problematização ao interrogar: quais “os objetivos visados por nossas pesquisas, por

que e para que pesquisamos (...) ? Esse conhecimento que se busca dos objetos e práticas da comunicação serve a quê, e a quem ?”.

O ponto central da reflexão desta autora é que, também na Comunicação, deve-se advogar uma permanente e incisiva visada crítica que, “atenta ao específico e ao singular, não se feche em objetos e raciocínios autossuficientes, e possa sempre reenviar esses objetos ao contexto maior no qual eles existem, atuam, condicionam e sofrem condicionamentos” (FRANÇA, 2014, p.114). Sob o pano de fundo dessas indagações, este trabalho se debruçará especificamente em inserir, no exame dos processos interacionais (que, como propõe José Luiz Braga (2011a), são os ângulos de abordagem instituidores do conhecimento comunicacional), uma matriz crítica de reflexão. Atenta aos contextos de propagação do poder simbólico nas tramas sociais, tal matriz não subvaloriza a agência dos atores em suas práticas concretas, ao mesmo passo em que não toma a riqueza das práticas comunicativas ordinárias como únicas responsáveis pela reconfiguração das relações de hegemonia e coerção.

No intuito de contribuir para o debate acerca do engajamento crítico no âmbito dos estudos em Comunicação, o presente trabalho retomará, em um primeiro momento, algumas das correntes mais familiares aos pesquisadores da área que, na apreensão das interações sociais (especialmente nas interlocuções com os *media*), ponderaram sobre o potencial crítico e inventivo dos agentes. Tal recuperação servirá de mote para a formulação do seguinte questionamento: ao observar contextos nos quais obstáculos materiais e simbólicos exercem entraves ao engaja-

mento dos sujeitos em práticas críticas (capazes de promover deslocamentos nas matrizes interacionais mais sedimentadas), qual o papel a ser assumido pelo pesquisador focado em contribuir com a atividade emancipatória desses agentes?

Entre o descrédito da emancipação e a crença em criatividade ilimitadas

No artigo supracitado de França (2014), são listadas correntes críticas que, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, fizeram-se presentes nos estudos em Comunicação no Brasil (Teoria Crítica; Teoria da Hegemonia; Teoria da Dominação de Pierre Bourdieu e o Catastrofismo Francês). Sucintamente, cabe recuperar as características dessas tradições. Pelo fio condutor da 1ª Geração da Teoria Crítica (tecido por Max Horkheimer e Theodor Adorno), uma extensa denúncia das patologias das instituições políticas consolidadas pelo capitalismo moderno constatou que o projeto emancipador do Iluminismo estaria em declínio. Sob o véu de uma nova “racionalidade instrumental”, não haveria mais a possibilidade de uma razão que não fosse puramente adaptativa (ANDERSON, 2011). Por esse viés, foi possível a Adorno (1971) redigir uma ácida condenação da indústria televisiva que emergira na primeira metade do século XX e que, nos seus termos, serviria unicamente à disseminação da alienação cultural. Instaurava-se um mundo de aparências bloqueador da reflexão, desestabilizador da consciência e artífice de interesses ideológicos. A própria “formação cultural” (que no Iluminismo significou o engrandecimento do indivíduo livre e radicado em sua própria consciência) convertera-se, conforme a avaliação de Adorno (2005, p. 4), em uma “semi-

formação socializada" na qual "a desumanização implantada pelo processo capitalista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para a formação e, acima de tudo, o ócio". Teria, então, alastrado-se uma forma arruinada do espírito, e a verdadeira formação cultural só seria acessível a indivíduos privilegiados que ainda não foram seduzidos pelas malhas dessa extensa rede instrumental.

Em consonância às asserções da 1ª Geração da Teoria Crítica, textos como os de Pierre Bourdieu (1997) e Jean Baudrillard (1991) ampliaram a denúncia dos veículos modernos de comunicação, apontando-os como meios de dominação simbólica, de esvaziamento do raciocínio analítico e mesmo de esterilização profunda das práticas interacionais. Em Baudrillard (1991), por exemplo, atesta-se que os *media*, em sua profusão delirante de informações, nada mais fariam que devastar o sentido, devorar a comunicação e mesmo impedir a emergência de quaisquer processos de tomada de consciência (pelo fato das imagens dissuadirem a reflexão e a experimentação dos acontecimentos). Já Bourdieu (1997) alertara que a urgência e a concorrência entre os meios de massa limitariam o pensamento, gerando *fast-thinkers* (espectadores que se alimentam de uma cultura já pré-digerida) e uma gama de falsos debatedores.

Na América Latina do final dos anos de 1960 a popularização da indústria cultural (sob forte financiamento estadunidense) instiga a profusão de obras críticas à dominação simbólica que estaria em curso nessa região do globo, estandardizando as formas de manifestação popular a partir da recepção irrefletida das produções audiovisuais importadas do Hemisfério Norte. Neste contexto, Luis Ramiro Beltrán e Elizabeth

Cardona (1982) e Ariel Dorfman e Armand Mattelart (1978) irão lançar obras consideradas clássicas, denunciadoras das supostas políticas de soberania adotadas pelo imperialismo norte-americano da época. Os primeiros irão identificar nas agências internacionais de notícia e publicidade, mas, também nas firmas internacionais de opinião pública e nas pesquisas de mercado, os exportadores de produções informativas e de ficção responsáveis por assegurar a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos no Continente. Já os segundos irão deter-se especificamente na literatura em quadrinhos da Disney, averiguando-a como meio de disseminação da ideologia burguesa e colonizadora na América Latina.

Apesar do agudo julgamento negativo tramado por esses autores aos projetos capitalistas e a presumida afinação dos *media* às engrenagens hegemônicas (inviabilizando a emancipação da racionalidade sonhada pelo Iluminismo), é fundamental levar em conta que, no percurso histórico de popularização de suas obras, um conjunto de críticas foi sendo endereçado a tais construtos teóricos, de modo que sua incorporação imediata às pesquisas foi progressivamente revista e questionada. No projeto da Escola de Frankfurt, a título de exemplo, Marcos Nobre (2003, p. 12) identifica no conceito-chave de "racionalidade instrumental" (referência para as reflexões de Adorno e Horkheimer) um paradoxo que espreita sua própria formulação: se "a razão instrumental é a forma única de racionalidade no capitalismo administrado, bloqueando qualquer possibilidade real de emancipação, em nome do quê é possível criticar a racionalidade instrumental?" Por essa razão, na próxima geração da Teoria Crítica Alemã, levada a cabo

por Jürgen Habermas, o esforço primordial será por operar um giro comunicativo no modelo unilateral de racionalidade dos frankfurtianos, teorizando sobre formas de ação humana calcadas no entendimento que se distinguem do conformismo ante a reprodução perpétua da ordem vigente.

Luc Boltanski, antigo assistente de pesquisa de Pierre Bourdieu, tece considerações análogas às feitas por Nobre (2003) quando propõe uma crítica à teoria da dominação simbólica. Em sua ótica, Bourdieu não teria vislumbrado a possibilidade de tomada de consciência dos atores sociais diante dos mecanismos de opressão, uma vez que eles estariam enraizados em *habitus* de classe corporalmente encarnados e de acesso inviável. Mas, se sequer existe a possibilidade de emancipação no horizonte teórico, por que “criticar o mundo se ele é assim por natureza e que inclusive as melhores intenções revolucionárias e morais são só um efeito de uma falsa consciência que fracassará de toda forma?” (*apud* CELIKATES, 2009, p. 60). O cerceamento completo do espaço para a ação contestatória que desponta nessas teorias corresponde ao seu excesso de abstração e totalização. Como afirma França (2014), processos como a dominação e a alienação, por estes prismas analíticos, não são mesmo passíveis de evidenciação empírica e, por isso, resvalam em uma leitura míope de realidade.

No seio dos estudos em Comunicação a revalorização do ator social em seus quadros de interação (particularmente com os *media*) ganhou contornos mais bem articulados a partir da emergência dos Estudos Culturais. Nesse cenário, a publicação de *Codificação/Decodificação*, trabalho seminal de Stuart Hall (2003), representa um marco para a área por

inaugurar o programa de pesquisa dos estudos de recepção. Apesar de focado somente no processo de envio de mensagens de dispositivos midiáticos para membros individuais da audiência (e constituído, conseqüentemente, a partir de uma significativa simplificação da inserção da mídia na vida social), o modelo de Hall pode ser considerado inovador. Sua relevância se deve ao fato de ter proposto que a efetividade de uma mensagem midiática depende das práticas de decodificação dos receptores, responsáveis por perceberem a significância de um discurso endereçado a eles. No texto, o autor resalta diversos tipos de apreensão dos conteúdos midiáticos, levando em consideração que podem existir tanto leituras mais afeitas aos códigos hegemônicos sugeridos pelas mensagens quanto outras que negociam com eles e mesmo que se opõem às suas indicações de leitura.

Nas gerações posteriores dos Estudos Culturais, uma preocupação ainda mais notável com os usos concretos e ordinários da mídia delineou-se, de forma que a atenção ao momento do encontro entre “texto” e “receptor” cedeu lugar às averiguações de cunho sociológico, focadas na compreensão das influências existentes nos contextos reais nos quais ocorre a recepção. A criatividade das audiências foi continuamente ressaltada em pesquisas como a obra de referência de Ien Ang (2010), focada na recepção do seriado norte-americano *Dallas*. Averiguando cartas de espectadores do programa, a autora pôde empreender um projeto que visava revitalizar dois elementos majoritariamente deslegitimados pelas teorias críticas comentadas anteriormente: o prazer da recepção e a cultura popular.

No que se refere ao primeiro ponto, Ang se vale das constatações dos estudiosos de Frankfurt de que o prazer em assistir TV derivava tão somente de uma sensação falsa e alienante. Ela então se interroga sobre a propriedade desta afirmação destacando que "as pessoas não são idiotas culturais: a popularidade sempre diz algo sobre os verdadeiros desejos e aspirações do público, sentidos reais de conexão e identificação que simplesmente não podem ser ignorados e contestados" (ANG, 2010, p. 86). Sobre a cultura popular, a autora é enfática ao apreciar que na seara de estudos críticos sobre a televisão este meio nunca era visto como algo além de um instrumento de decadência simbólica e disfunção social. Assim, em seu ponto de vista, seria necessário um comprometimento com a televisão, entendida enquanto forma cultural, "cuja estética narrativa e características comuns valiam a pena serem estudadas" (ANG, 2010, p. 85).

As considerações de Ang coincidem com as proposições de autores como Jesús Martín-Barbero (1997) e Néstor García Canclini (2008), que, partindo do contexto latino-americano, irão atualizar, a partir dos anos de 1980, a agenda de investigações no Continente, desprendendo-se do espírito de denúncia que caracterizou os estudos de Beltrán e Cardona (1982) e Dorfman e Mattelart (1978), até então orientados por detectar as manifestações do "imperialismo cultural" nos mais diversos suportes áudio-verbo-visuais. Martín-Barbero (1997) e Canclini (2008) atribuem valorização positiva à esfera do popular e aos espaços de mediação da vida cotidiana, capazes de incorporar, criticamente (e engenhosamente), as produções dos meios de comunicação de massa em suas tramas de sociabilidade, temporalidade e de competências

culturais. O consumo deixa de ser vislumbrado como uma relação direta entre meios e audiência e passa a ser interseccionado ao tecido local que conforma a recepção de qualquer produção dos *media*.

Não obstante as valiosas contribuições desses empreendimentos (que poderiam ser aqui estendidas) considera-se premente também destacar seus elementos problemáticos. Se o realce da criatividade dos sujeitos em suas práticas de interação com os *media* pode tanto revitalizar o descrédito atribuído aos estudos de televisão quanto frisar a importância da cultura popular na edificação de valores comuns (negociados e reinventados cotidianamente), não se deve, contudo, esquecer, como Ana Escosteguy (2011) salienta, que essa engenhosidade cotidiana é regulada pelos sentidos postos em circulação pelos produtos midiáticos. Do mesmo modo, a ênfase exacerbada nos contextos de recepção pode gerar um descolamento dos circuitos amplos de comunicação nos quais os sentidos são intercambiados. Nestes termos, não basta operar exames meramente descritivos da recepção como se, ao pesquisador, não fosse imprescindível ascender a uma avaliação detida do contexto estudado, supondo, equivocadamente, que o julgamento crítico já articulado nas práticas cotidianas sempre exerça tal papel satisfatoriamente.

No esforço de ampliar os estudos da circulação de sentidos para além das interações diretas com os *media* (pois em um mundo “saturado pela mídia” a atividade da audiência está imbricada em outras práticas sociais, como defende Elizabeth Bird (2003)) e tentando equilibrar os processos de produção de identidades com as regulações do poder simbólico, Hall (1997) elabora sua proposta de “circuito da cul-

tura". Apreendendo o atual cenário globalizado por meio de uma "virada cultural", o autor discorre sobre a centralidade da cultura contemporânea mesmo em terrenos que, inicialmente, pareceriam não dizer respeito aos seus domínios, como a economia e a política. Ele também destaca a existência de uma esfera de regulação nos circuitos de cultura, salientando que, embora a cultura seja governada pela ação humana, também é regulada pelos mecanismos de poder oriundos do Estado e do mercado, pelas convenções sociais, pelos padrões vigentes, pelas matrizes de formulação de subjetividades e pelos núcleos hegemônicos em geral. Assim, caberia aos pesquisadores um olhar crítico para os contextos de produção de identidades sociais que poderiam, em um circuito cultural, encontrar-se imersos em uma espiral de cerceamentos decorrentes de restrições acionadas por sistemas de regulação nocivos à oxigenação das matrizes de sentido que pautam as práticas de interação.

A aposta de Hall (1997) no "circuito de cultura" equilibra satisfatoriamente as exigências para uma empreitada que busca realçar a capacidade crítica dos atores sociais em seus quadros de interação simbólica, sem desconsiderar as limitações que se impõem a esse potencial criativo e reflexivo que emana do cotidiano. Outros empreendimentos, como o supracitado "mapa das mediações" de Martín-Barbero (1997), também realizaram um movimento semelhante ao inserir a comunicação no âmago da cultura. Todavia, a abertura do campo de análise para um terreno tão extenso pode perder de vista aquilo que deveria ser, em princípio, o elemento central da pesquisa: as práticas comunicativas, o desenho das interações concretas. França (2006, p. 71) sintetiza essa problemática na

seguinte constatação: “Os estudos voltam-se para a caracterização dos grupos sociais, das situações vividas, abandonando, de certa forma, a relação propriamente dita de consumo e recepção dos produtos midiáticos; o interesse pelo conhecimento do grupo suplanta o interesse pelo processo comunicativo”.

“Acompanhar os atores”

Os trabalhos mais recentes que reconduzem a Comunicação pelo veio da cultura encorpam a constatação de que não é satisfatório um diagnóstico crítico a um nível tão macro, como o encetado nesses investimentos de pesquisa, se em contrapartida não ocorre a passagem para uma apreensão das interações concretas, *lócus* privilegiado aos pesquisadores da área. É nas situações de interlocução que podem se manifestar mais expressivamente interdições à expressão dos sujeitos. Nesse sentido, as conceituações de José Luiz Braga (2011a) oferecem instigantes recursos. O autor elabora o conceito de “dispositivo interacional” em uma expedição que visa dar conta da amplitude dos processos interacionais, sem uma restrição do prisma de análise aos intercâmbios específicos com a mídia. Na acepção do autor, o “dispositivo” não é uma tecnologia em especial, mas, sim uma matriz interacional e um modo prático partilhado, acionado na interação (pois prepara a base para a comunicação entre participantes), permitindo-a desenvolver-se. Assim, se a comunicação é um agir, e se esse agir se desvela em episódios concretos, nesses episódios são acionados dispositivos que conferem sentido, substância e direcionamento às interações. Mas tais dispositivos, por sua vez, “são modulados pelos contextos e processos institucionais

específicos em cujo ambiente ou referência se desenvolvem" (BRAGA, 2011a, p. 6), em uma teia de intercâmbio e recursividade complexa.

A formulação de Braga (2011a), além de levar em consideração as matrizes de sentido que orientam as práticas comunicativas, deixa evidente a relevância atribuída aos episódios concretos que encarnam as matrizes e as constituem continuamente. Outro gesto deste pesquisador é o de incitar uma "ênfase descritiva" na sondagem dos dispositivos interacionais. Quando se advoga em favor desse tipo de ênfase no estudo de fenômenos da comunicação, deve-se ter em mente que, em primeira instância, tal empreendimento serve para evitar o apriorismo de julgamentos de valor totalizadores. Braga (2012) salienta, entretanto, que as descrições feitas não são "neutras", já que supõem um problema de pesquisa que canaliza o olhar e uma sistemática teórica mínima a agir como perspectiva comum em meio à diversidade das interações.

Como visto, a empreitada etnográfica dos estudos de recepção desvelada nos cânones dos Estudos Culturais deu-se a partir da valorização das práticas cotidianas de uso e consumo da mídia. Foi do entusiasmo que marcou essas pesquisas que se gerou a tendência a certo caráter descritivo nas abordagens empíricas. Contudo, é possível apropriar-se, na investigação de um conjunto de dispositivos interacionais específicos, de arcabouços provenientes de outras correntes teórico-metodológicas que também conferiram peso à averiguação descritiva, sem resvalar na mesma incongruência de tomar essa etapa de pesquisa como via de mão única do trabalho analítico.

Na seara dos estudos em etnometodologia fundados por Harold Garfinkel (2006), por exemplo, con-

figura-se um programa de análise tomando por base a constatação de que as atividades cotidianas são os espaços primordiais de organização social, sob a mesma angulação teórica encetada por Braga (2011a). Nas palavras de Garfinkel (1990, p.72), os etnometodólogos são levados a compreender “como os membros dirigem suas atividades para produzir e exibir coerência (...) enquanto estão em suas vidas ordinárias, juntos”. E essa identificação dos detalhes das práticas, no âmbito da pesquisa, impõe que a atenção do investigador deva estar voltada para a sondagem das especificidades de uma cena social que englobe os processos interacionais que são tramados em seu horizonte, em termos que sejam compreensíveis para aqueles que estão diretamente envolvidos nos contextos concretos de ação.

Por isso, uma das máximas evocadas pelos autores que se valem das bases da etnometodologia é a de “acompanhar os atores” *in loco*. Por essa guinada, como Celikates (2012, p. 36-37) destaca, o trabalho de pesquisa implicará uma descrição das atividades

dos atores “ordinários” em suas ações, interpretações e avaliações, porque são estes que possuem conhecimento relevante sobre o mundo social. Eles já não devem ser considerados como meros informantes produzindo dados adicionais, mas sim como sociólogos leigos produzindo interpretações e explicações do que estão fazendo que não são nem um pouco menos sofisticadas do que aquelas de seus colegas profissionais.

Mas valorar a ação diária a este ponto não deve levar a conclusões como a de que as atividades dos sujeitos em interação são, por si só, autossuficientes, prescindindo de qualquer apreciação crítica posterior, ou mesmo que a ordem social só se configuraria

em situações pontuais. Conforme salienta Louis Quéré (1998, p. 227), se de um lado o enfoque nas situações diárias aponta para a ausência de uma organização prévia a elas, por outro lado isso não pode significar “o encarceramento delas em uma perspectiva exclusivamente situacional”. Os episódios comunicacionais processados em uma ocasião específica estão sempre inseridos em um contexto de referência no qual podem desenvolver-se, e há um diálogo contínuo entre a matriz de base e as interações pontuais que a atualizam, como já apontado.

Essas contribuições, apropriadas à Comunicação, reforçam a ênfase nas pesquisas qualitativas de cunho empírico que, para Braga (2011b, p. 6), são espaços privilegiados para submeter os pressupostos teóricos que conduzem determinada investigação ao crivo das situações concretas que permitem, assim, “descobertas efetivas sobre características intrigantes do mundo real”. Em outros termos, se a pesquisa na área estiver moderada por essa prudência de entender primeiro a lógica interna de um processo interacional recortado para análise para, só a *posteriori*, ocupar-se em tecer inferências mais transversais acerca dele, pode evadir-se do risco de recair em uma conjuntura em que considerações mais gerais, feitas sob as nuances de um fenômeno concreto, não fazem sentido nas circunstâncias reais de interlocução cotidiana.

A que nos leva a preocupação com a crítica?

Apesar de ser de fulcral importância, no rastreamento dos dispositivos interacionais, um olhar direcionado ao entendimento das lógicas internas aos fenômenos comunicacionais, tal procedimento não é satisfatório em um projeto que se proponha crítico

e engajado em uma ética responsável. Isto porque não é possível desconsiderar que, em determinadas circunstâncias, existem impedimentos e infiltrações de ordem opressiva que dificultam e inibem a renovação das matrizes de sentido que governam a expressão de determinados atores sociais. Nas articulações do sociólogo Antônio Paixão (1986, p. 106-107), essa forma de injustiça é esboçada como uma “terceira face do poder” que seria, grosso modo, “a restrição, na interação dialógica, à provisão de argumentação pelo interlocutor. Tal restrição evidencia uma relação assimétrica entre os atores”. Desse modo, ao tecer inferências transversais a partir de um fenômeno interacional em exame, a pesquisa pode revelar como as restrições impostas às suas atualizações episódicas são inaceitáveis, inaceitáveis não somente em termos normativos e teóricos, mas, também, nas definições valorativas dos próprios atores sociais atingidos por estas limitações.

Mas, a atenção para com as questões próprias de um contexto concreto que visa ser apreciado criticamente não deve levar à “armadilha da incapacitação”, induzindo a um encurtamento ainda maior das competências dos atores, partindo da percepção das restrições impostas ao seu desenvolvimento. No afã de evitar essa emboscada, duas considerações são de fulcral relevância: 1) se há restrições à expressão das aptidões críticas e reflexivas dos atores, “não significa que a pessoa afetada seja inteiramente desprovida delas, mas, sim que, sob certas condições sociais, ela só as possui em um nível restrito” (CELIKATES, 2012, p. 39); 2) se a quem compete julgar, em última instância, se uma situação é ou não insustentável é o próprio ator social, então “as restrições estruturais das

capacidades reflexivas dos atores tem de ser diagnosticadas e trazidas a um diálogo entre os teóricos críticos e os atores sociais" (CELIKATES, 2012, p. 39).

Por esses percursos, o diagnóstico crítico de que em um contexto de interações há uma restrição de natureza coercitiva só pode colaborar na renovação das matrizes de sentido que conduzem a tais interações se os próprios envolvidos nas práticas em questão apreenderem, pelos meios reflexivos dos quais dispõem, a existência real de uma patologia ou uma falha que inibe a provisão de subsídios para sua ação inventiva e expressiva.

A postura crítica aqui advogada não intenciona coincidir então com aquela elaborada pelas teorizações de autores como Adorno, Bourdieu e Baudrillard, na medida em que não ambiciona discorrer sobre a experiência dos atores sociais expostos às condições de injustiça e restrição à expressão comunicativa por meio de conceitos apartados de suas práticas concretas. Nesse sentido, a premissa de "acompanhar os atores" volta à baila convidando o pesquisador, na prática de pesquisa, a debruçar-se nas cenas cotidianas nas quais se encarnam os dispositivos interacionais a serem averiguados. O trabalho empírico e a aproximação das situações reais são mais uma vez de fundamental importância, pois por meio deles, na etapa de apreciação crítica, pode ser possível apreender como se desenham restrições em uma cena comunicativa nos termos daqueles que sofrem com seus entraves.

Se essa orientação ainda soa excessivamente ampla para motivar as preocupações éticas e os interesses emancipatórios que deveriam pautar a agenda dos estudos críticos da Comunicação, cabe especifi-

car que, ao discorrer sobre interações sociais, deve-se levar em conta o fato de que são nesses processos intersubjetivos que se constituem os sujeitos enquanto indivíduos conscientes de si mesmos e eticamente responsáveis, tal qual defendera George Mead (1999). Em sua concepção, há uma continuidade entre a formação da autoimagem cognitiva do sujeito e a autoimagem normativa e ética. Ambas dependem das interações que um indivíduo pôde participar ao longo de sua trajetória de socialização. Se o indivíduo consegue obter sucesso ao menos parcial em seu esforço contínuo de compreender-se a partir de suas interações, pode também adquirir consciência de seu valor, no caso desse valor que o indivíduo percebe em si ser também socialmente estimado.

Uma valoração positiva, para o sujeito, possibilita o desenvolvimento de um respeito por si próprio (em termos morais e éticos) e uma ininterrupta individualização de seu *self*. Mas, é evidente que em nenhuma conjuntura histórica todos os seres humanos puderam ver-se, equitativamente, estimados pelos valores sociais que almejavam expressar na coletividade. A denegação de reconhecimento pode minar os recursos simbólicos e materiais disponíveis que permitem que os sujeitos possam se expressar de modo autônomo. Não se desconsidera, inclusive, que tal restrição de recursos comunicativos possa decorrer, em circunstâncias específicas, do indeferimento deliberado promovido por grupos em posição hegemônica na trama social, interessados em sustentar seus espaços de privilégio à custa do cerceamento das capacidades expressivas daqueles historicamente mais vulneráveis.

Em síntese: nem todos os envolvidos em interações são moralmente “levados em conta” em de-

terminadas práticas comunicativas. Isso não decorre somente do fato de que uma situação particular exige competências técnicas as quais os sujeitos não dispõem naquele momento, mas, sobretudo, porque seus valores enquanto atores conscientes e potenciais interlocutores são sistematicamente depreciados, a despeito de seus contínuos esforços em contornar as obstruções que permeiam seus mundos da vida.

Portanto, uma pesquisa crítica em Comunicação, interessada na emancipação e na justiça social, é aquela que, sem recorrer a um ativismo cego (já que a evidenciação de contradições que possam colaborar na ampliação das competências expressivas dos sujeitos é por vezes mais benéfica que o apoio irrestrito aos seus discursos manifestos), flagra em suas investigações a lógica interna de fenômenos que, esmiuçados e avaliados, contribuem para a emergência de novos atores e competências nas cenas de interlocução concretas. Os recursos provenientes da pesquisa acadêmica poderão, então, nutrir de um modo mais profícuo as práticas sociais, subsidiando-as com recursos que serão criativamente apropriados pelos sujeitos em suas aspirações por paridade nos espaços de interação.

Considerações finais

Na revisão literária empreendida por esse trabalho às teorizações que obtiverem inserção significativa nos estudos comunicacionais, sobressaíram duas tendências: 1) No mapa da 1ª Geração da Teoria Crítica, da Teoria da Dominação Simbólica e das reflexões sobre a "dependência cultural" empreendidas na América Latina no início dos anos de 1970, a condenação das consequências perversas do capitalismo moderno na

consciência humana foi levada a cabo por um edifício teórico alocado à distância das práticas sociais concretas (lócus no qual se manifestam mais vivamente as formas de opressão diagnosticadas por tais teorias); 2) Já nas “etnografias da audiência” dos Estudos Culturais, houve um contrapeso excedido por uma valorização desmensurada das competências críticas existentes na cultura popular. Por essa visada, não restaria ao pesquisador muito a fazer que não descrever com minúcia as atividades inventivas de revitalização das interações partindo das comunidades interpretativas estabelecidas no contato com os *media*.

Argumentamos, ao longo do texto, que o percurso em direção a um engajamento crítico nas pesquisas em Comunicação que não resvale em nenhuma das rotas previamente traçadas pode tomar, como aporte de referência inicial, o conceito metodológico de “dispositivos interacionais” elaborado por Braga (2011a), bem como como embasar-se em reflexões oriundas de correntes teóricas contíguas ao pensamento comunicacional, como a etnometodologia de Garfinkel (2006) e o pragmatismo de Mead (1999), que também conferiram relevância fulcral à dimensão interacional no âmbito de suas proposições teóricas.

Os contributos oferecidos por esses autores pesam em favor de uma atenção contínua às problemáticas que emergem quando os atores sociais se colocam em um contexto de interlocução. Na esteira, busca-se desenvolver um projeto crítico afinado às demandas cotidianas desses sujeitos por estima e ampliação das capacidades expressivas, contribuindo para que tais demandas consigam ser devidamente vocalizadas, possibilitando a valorização positiva daqueles que antes eram desconsiderados

em determinados quadros de interação. Ainda que refletindo de maneira especulativa, acredita-se que esse processo pode favorecer a redistribuição dos espaços de expressão dos sujeitos, permitindo que participem da revitalização das matrizes de sentido que os envolvem rotineiramente.

Cabe, por fim, ressaltar que a atuação do pesquisador em favor da composição de cenas comunicativas menos opressivas para aqueles que já se encontram expostos às mais variadas formas de precariedade não deve soar como uma posição altruísta a ser adotada ou desconsiderada segundo a volição daquele que se debruça em investigar o mundo social. Independentemente do percurso metodológico elegido ou do arcabouço teórico de referência, o comprometimento crítico com a realidade é uma prerrogativa a qual o estudioso das práticas interacionais deve atender, sob pena de, ao não enfrentar devidamente a questão, colaborar, por procuração, na reprodução da ordem vigente.

Referências

ADORNO, T. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, G (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional, p.346-354, 1971.

ADORNO, T. Teoria da semicultura. **Primeira Versão**, n.191, p. 2-19, 2005.

ANDERSON, J. Situating Axel Honneth in the Frankfurt School Tradition. In: PETHERBRIDGE, D. (Org.) **Axel Honneth: Critical Essays**. Leiden and Boston: Brill, p.31-59, 2011.

ANG, I. A ficção televisiva no mundo: melodrama e ironia em perspectiva global. **MATRIZES**, n.1, p.83-99, 2010.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BELTRÁN, L.; CARDONA, E. **Comunicação dominada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIRD, E. **The audience in everyday life: Living in a media world**. Nova York/Londres: Routledge, 2003.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAGA, J. Dispositivos interacionais. In: **XX Encontro Anual da Compós**, 2011, Porto Alegre, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, p.1-15, 2011a.

BRAGA, J. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**, v.14, n.1, p.1-33, 2011b.

BRAGA, J. Uma teoria tentativa. **E-Compós**, v. 12, p.1-17, 2012.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora USP, 2008.

CELIKATES, R. ¿Sociología de la crítica o teoría crítica? Una conversación con Luc Boltanski y Axel Honneth. **L'Espill**, n.31, p.57-78, 2009.

CELIKATES, R. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da Teoria Crítica. **Novos Estudos**, n.93, p.29-42, 2012.

DORFMAN, A.; MATTELART, A. **Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ESGOSTEGUY, A. Narrativas pessoais midiaticizadas: uma proposta para o estudo de práticas orientadas pela mídia. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 18, p.198-211, 2011.

FRANÇA, V. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C; FRANÇA, V. (Orgs). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, p.60-88, 2006.

FRANÇA, V. Crítica e Metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação. **MATRIZES**, v.8, p.101-116, 2014.

GARFINKEL, H. The Curious Seriousness of Professional Sociology. **Ré-seaux**, n.1. p.69-78, 1990.

GARFINKEL, H. Estudos en Etnometodología. Anthropos Editorial: México, 2006.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, v.22, p.15-46, 1997.

HALL, S. Codificação/Decodificação. In: SOVIK, L (Org.). **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, p.387-403, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MEAD, G. **Espiritu, persona y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

NOBRE, M. Apresentação - luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica: In: HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, p.7-19, 2003.

PAIXÃO, A. A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares. **Análise & Conjuntura**, v.1, n.2, p. 93-110, 1986.

QUÈRÈ, L. The Still – Neglected Situation? **Réseaux**, n. 2, v. 6, p.223-253, 1998.

SODRÉ, M. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **MATRIZES**, n.2, p.11-27, 2012.

Thales Vilela Lelo

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

Membro do grupo de pesquisa em Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais (UFOP) e do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (UNICAMP).

Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/0706716182329262